

UMA LINGUÍSTICA DAS FUNÇÕES DO HOMEM NA LÍNGUA E NA LINGUAGEM

A LINGUISTICS OF MAN'S FUNCTIONS IN LANGUAGE

Valdir do Nascimento Flores¹

Larissa Colombo Freisleben²

RESUMO

A hipótese desse artigo é que a linguística de Émile Benveniste pode ser lida como uma linguística das *funções*. Tais *funções* são entendidas como universais antropológicos situados no plano da linguagem no interior dos quais o homem ocupa um lugar sempre que enuncia. Para apresentar e fundamentar essa hipótese, inicialmente discutimos brevemente a presença da noção de *função* no campo dos estudos linguísticos. Em seguida, fazemos um levantamento do uso do termo e da noção nos dois volumes dos *Problemas de linguística geral*, mostrando os diferentes sentidos que *função* adquire em sua obra. Finalmente, apresentamos uma noção específica de *função* como um universal de caráter antropológico a partir da leitura do artigo “As relações de tempo no verbo francês”.

PALAVRAS-CHAVE: Émile Benveniste. Função. Antropologia da linguagem.

ABSTRACT

The hypothesis of this article is that Émile Benveniste's linguistics can be read as a linguistics of *functions*. Those functions are understood as anthropological universals situated in the language level, within which man always occupies a place whenever he speaks. To present and support this hypothesis, we initially discuss briefly the presence of the notion of *function* in linguistics. Next, we present a survey of the use of the term and the concept in the two volumes of *Problems in general linguistics*, demonstrating the various meanings that the term *function* holds in his work. Finally, we introduce a specific notion of *function* as an anthropological universal based on a reading of the article “The Relations of Time in the French Verb.”

KEYWORDS: Émile Benveniste. Fonction. Anthropology of language.

Introdução

Há alguns anos, apresentamos a ideia de que a enunciação teria, na teoria da linguagem de Émile Benveniste, o *papel* de “colocar em funcionamento a língua” (FLORES, 2022). Essa formulação decorreu da própria definição de “enunciação” dada pelo autor, segundo o qual “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). A partir disso, formulamos a hipótese de que a enunciação, ao fazer a língua funcionar, coloca em ato, nas línguas, as grandes funções da linguagem no interior das quais o homem se situa (FLORES, 2022, p. 19). Naquele momento, exemplificamos esse raciocínio com uma passagem de Benveniste em que ele fala sobre indicadores de pessoa, tempo e espaço:

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), valdirnf@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-2676-3834>.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), larissacfreisleben@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2191-1730>

A importância da sua [dos indicadores] **função** se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. **A linguagem resolveu esse problema** criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (BENVENISTE, 1988, p. 280, grifo nosso).

Dito de outro modo, a enunciação, nessa interpretação, mostra, através desses indicadores, que há na linguagem funções no interior das quais o homem se situa para falar uma língua. Nesse sentido, a enunciação seria uma espécie de puro ter-lugar das funções do homem na linguagem, na língua e nas línguas.

O presente trabalho retoma essa hipótese e busca aprofundá-la a partir do seguinte prisma: a noção de *função*, assim entendida, dá consistência à ideia, bastante difundida e aceita hoje em dia, de que a teoria linguística de Benveniste dá lugar a uma antropologia da linguagem (DESSONS, 2006; FENOGLIO; COQUET, 2014; LAPLANTINE, 2011; LAPLANTINE; PINAULT, 2015; FLORES, 2013, 2019). Quer dizer: a linguística de Benveniste seria uma linguística das *funções*, entendidas como universais de natureza antropológica, situados no plano da linguagem, no interior das quais o homem ocupa um lugar sempre que ele enuncia em uma dada língua. Desenvolver e fundamentar essa hipótese são os objetivos que temos aqui.

Para levar a cabo esses objetivos, impõe-se a necessidade de um percurso investigativo longo do qual não daremos mais do que algumas diretrizes. Em primeiro lugar, (cf. item 1), fazemos uma pequena retomada da ideia de “função” na linguística do século XX. Longe de querer esgotar o tema, nosso interesse é apenas contextualizar – no conjunto dos estudos linguísticos contemporâneos a Benveniste – o uso do termo em algumas das perspectivas da linguística moderna. Em seguida (cf. item 2), apresentamos um levantamento acerca do uso do termo e da noção em alguns trabalhos da obra de Benveniste (em especial os dois volumes de *Problemas de linguística geral*³). Esse levantamento é essencial porque, conforme mostramos em Flores (2013, pp. 34-42), há considerável flutuação terminológica nesse autor; isto é, usos homonímicos, sinonímicos e polissêmicos de termos, o que é verificável tanto comparando-se diferentes textos entre si quanto no interior de um único texto. Na terceira parte (cf. item 3), dedicamo-nos a mostrar como Benveniste opera em algumas de suas análises com a ideia de “função” para, finalmente (cf. *Considerações finais*), mostrar os termos pelos quais julgamos verificável nossa hipótese de que a linguística de Benveniste pode ser entendida como uma linguística das *funções* do homem na linguagem, na língua e nas línguas.

1. A noção de *função* em linguística: alguns apontamentos

O termo *função* é comum em linguística. No entanto, a noção recobre uma ampla gama de sentidos. No percurso a seguir, abordamos brevemente a presença do termo no campo dos estudos linguísticos em geral.

³ Referimos os livros também pelas siglas PLG 1 e PLG 2.

Em um primeiro sentido, *função* é entendido como o que se privilegia no lugar da *forma* em uma determinada perspectiva teórica, opondo abordagens *funcionalistas* e abordagens *formalistas*. Nas abordagens funcionalistas, dá-se ênfase às *funções da linguagem*, entendidas em primeiro lugar como instrumento de interação (BATTISTI; OTHERO; FLORES, 2022, p. 80). Entretanto, o rótulo “funcionalista” recobre uma ampla variedade de correntes e autores. Consideram-se funcionalistas, por exemplo, os autores do Círculo Linguístico de Praga, na Europa durante a primeira metade do século XX; nos anos 1970, nos Estados Unidos, destaca-se o trabalho de Talmy Givón; no Reino Unido, também na segunda metade do século XX, destaca-se Michael Halliday e a sua linguística sistêmico-funcional (BATTISTI; OTHERO; FLORES, 2022, p. 80). Assim, conforme pontua Neves (2022, p. 19): “O termo *função* apresenta tal variedade de usos que, simplesmente com chamar-se *funcional* a uma teoria linguística, não se obtém caracterizá-la realmente”.

Roman Jakobson, integrante do Círculo Linguístico de Praga, é autor de um conhecido artigo no qual define seis funções para a linguagem: função referencial, função emotiva ou expressiva, função conativa, função fática, função metalinguística e função poética. Essas funções são definidas por Jakobson a partir da consideração de seis fatores constitutivos do ato de comunicação verbal. Para Jakobson, em cada mensagem haveria uma função predominante de acordo com o fator preponderante - respectivamente, o contexto para a função referencial; o remetente para a função emotiva; o destinatário para a função conativa; o contato para a função fática; o código para a função linguística; e a mensagem para a função poética (JAKOBSON, 1974). Um modelo triádico de funções, que pode ser relacionado às três primeiras, já havia sido proposto anteriormente pelo psicólogo Karl Bühler em 1934, distinguindo de forma hierarquizada as funções de representação, de exteriorização psíquica e de apelo (NEVES, 2022, p. 22).

Para Givón, a estrutura linguística está a serviço das funções cognitivas e comunicativas (BATTISTI; OTHERO; FLORES, 2022, p. 80). Já Halliday propõe uma série de *metafunções* da linguagem: a função *ideacional*, de expressão de conteúdo, que comporta duas subfunções: a *experencial* e a *lógica*; a função *interpessoal*, relativa ao uso da linguagem para participar de um evento de fala; e, por fim, a função *textual*, relacionada à criação de textos (NEVES, 2022).

Segundo André Martinet (1994, p. 11), “o termo função, e conseqüentemente o derivado *funcional*, apresenta uma tal variedade de empregos que há a possibilidade de que não distingamos, à primeira vista, de qual função se trata”⁴. Martinet distingue três sentidos para o termo: o primeiro, adotado pela Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle (SILF), é o de “*papel ou de utilidade de um objeto ou de um comportamento*”⁵ (MARTINET, 1994, p. 11); o segundo, característico da tradição gramatical, é o de “*papel da palavra em uma proposição*”⁶, ou seja: ainda que uma palavra

⁴ Tradução nossa. Texto original: “Le terme de fonction, donc dérive *fonctionnel*, présente une telle variété d’emplois qu’il y a des chances pour qu’on ne distingue pas, à première vue, de quelle fonction il s’agit”

⁵ Tradução nossa. Texto original: “[...] *rôle ou d’utilité d’un objet ou d’un comportement*”

⁶ Tradução nossa. Texto original: “[...] *rôle du mot dans une proposition*”

tenha uma natureza permanente, sua função depende de seu uso (MARTINET, 1994, p. 12); o terceiro é o uso matemático do termo *função*. Para Martinet, o segundo não deve ser utilizado em linguística - tampouco o terceiro, cuja utilização em linguística, em suas palavras, é “infinitamente mais perigosa”⁷.

As diferentes acepções apontadas por Martinet evidenciam que a presença da noção de *função*, em linguística, não se restringe a abordagens funcionalistas. Louis Hjelmslev, por exemplo, faz uso do termo na elaboração de sua *glossemática*. Hjelmslev afirma adotar um sentido do termo “que se situa a meio caminho entre seu sentido lógico-matemático e seu sentido etimológico” (HJEMSLEV, 2013).

A menção a esses poucos autores já ilustra a polissemia que o termo *função* recobre em linguística. A consulta a alguns dicionários especializados evidencia de forma ainda mais explícita os diferentes sentidos adquiridos pelo termo. O *Dicionário de linguagem e linguística* (TRASK, 2004) tem uma entrada para *funcionalismo* e outra para *funções da linguagem*. O primeiro é definido como “qualquer abordagem na descrição da estrutura linguística que dá importância aos propósitos para os quais a linguagem é empregada” (TRASK, 2004, p. 120), enquanto o segundo diz respeito aos “vários objetivos que se podem visar usando a linguagem” (TRASK, 2004, p. 121), incluindo, aí, não apenas a comunicação, mas os outros usos da linguagem, como expressar emoções ou persuadir; além disso, é possível pensar, por exemplo, em funções dos textos, como o faz a linguística sistêmico-funcional.

O *Dicionário de Linguística* de Dubois *et al.* (2014) cita cinco sentidos para *função*: (1) “O papel representado por um termo (fonema, morfema, palavra, sintagma, etc.) na estrutura gramatical do enunciado” (DUBOIS *et al.*, 2014, p. 294). Nesse primeiro sentido, fala-se, por exemplo, em funções de *sujeito* e de *predicado*; (2) função com um termo próximo ao matemático, definindo toda a relação entre dois termos. É o sentido que prevalece na glossemática de Hjelmslev; (3) “a relação gramatical que os elementos de uma estrutura (as categorias) mantêm entre si nessa estrutura” (DUBOIS *et al.*, 2014, p. 295) - é esse o sentido adotado pela gramática gerativa. Assim, por exemplo, fala-se que um sintagma nominal tem a função de sujeito, de objeto ou de complemento e que um sintagma verbal tem a função de predicado em determinada regra de reescrita; (4) as *funções da linguagem* como “diversos fins que se atribuem aos enunciados, ao produzi-los” (DUBOIS *et al.*, 2014, p. 295), características da Escola de Praga e cujo número varia de acordo com a teoria; (5) a *função lexical* do projeto soviético de um dicionário explicativo e combinatório. A função lexical é “a relação de sentido entre uma palavra-chave C_0 e outras palavras C_i ”. (DUBOIS *et al.*, 2014, p. 295)

O *Dicionário de análise do discurso* de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004) afirma que as *funções da linguagem* podem ser relacionadas tanto ao que se considera ser o nível da fala quanto ao nível do discurso. Cita como exemplo as funções já mencionadas de Bühler, Jakobson e Halliday, além de mencionar a oposição entre *função transacional* e *função interacional* de Brown e Yule. Cita, também, distinções estabelecidas entre tipos de textos por autores como Gross e Isenberg. Segundo os autores do dicionário, a problemática das funções da linguagem perdeu a força com o desenvolvimento da pragmática e da análise do discurso, sendo progressivamente substituída pela noção de comunicação nas perspectivas funcionais da frase (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU,

⁷ Tradução nossa. Texto original: “[...] infiniment plus dangereuse”

2004, p. 246). Os autores identificam três grandes funções da linguagem segundo essa perspectiva: (1) uma função instrumental, que permite coordenar ações coletivas; (2) uma função cognitiva, relacionada aos discursos que transmitem saberes ou resolver problemas; (3) uma função social (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 247).

O *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem* (1987), de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, além de mencionar o funcionalismo como uma corrente que “considera o estudo de uma língua como a pesquisa das funções desempenhadas pelos elementos, classes e mecanismos nela intervenientes”, lembrando autores como Trubetzkoy, Martinet e Jakobson, também menciona *função referencial* (DUCROT; TODOROV, 1987, p. 229), *função semiótica* ou *simbólica* (DUCROT; TODOROV, 1987, p. 79), *funções sintáticas* (DUCROT; TODOROV, 1987, p. 199) e *funções narrativas* (DUCROT; TODOROV, 1987, p. 207).

Essa breve incursão sobre a noção de *função* nos estudos linguísticos revela duas coisas: em primeiro lugar, trata-se de um termo bastante comum em linguística; em segundo lugar, essa noção adquire uma variedade de sentidos diferentes de acordo com a perspectiva teórica adotada.

Se existe algum elemento comum a todas essas perspectivas abordadas, certamente ele não seria encontrado no plano metodológico, nem mesmo no epistemológico. Assim, não seria absurdo considerar que as perspectivas de *função* que sumariamente tratamos articulam, cada uma a seu modo, aspectos gerais a aspectos específicos (tanto do ponto de vista empírico quanto do ponto de vista metodológico). Além disso, percebe-se que *função* é utilizado ou para reiterar a noção de *comunicação* – o que se articula ao nível das interações linguísticas no vai-e-vem da informação como, por exemplo, nas teorias advindas da Escola de Praga –; ou para reiterar uma ultrapassagem da análise das línguas naturais pelo viés do que estas têm em comum com “outras linguagens” como, por exemplo, na glossemática de Hjelmslev⁸ – o que abre caminho para uma verdadeira teoria semiótica; ou para tratar de aspectos gramaticais de diferentes ordens.

O fato é que em Benveniste, além desses sentidos, o termo parece assumir nuances que mereceriam ser mais bem compreendidas. Ora, sabemos que Benveniste usa recorrentemente o termo *função*. Resta, porém, estabelecer quais os sentidos que esse termo adquire em sua produção e qual o seu papel teórico-metodológico.

Como dissemos, Benveniste se vale de algumas noções de *função* já estabelecidas em linguística, que aparecem em sua obra; no entanto, esses não são os únicos sentidos do termo em sua produção. Considerando-se que o autor determina que a linguística “tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas” (BENVENISTE, 1988, p. 20), pode-se supor que esse duplo objeto esteja implicado em todos os desdobramentos de sua linguística, inclusive no que tange à noção de *função*. Por isso, na próxima seção, trataremos especificamente dos sentidos muito particulares que a noção de *função* adquire na reflexão de Benveniste.

⁸ Tem razão Benveniste quando diz que “a teoria que L. Hjelmslev, na Dinamarca, quer promover sob o nome de *glossemática* é uma construção de um ‘modelo’ lógico da língua e um corpo de definições mais que um instrumento de exploração do universo linguístico” (BENVENISTE, 1988, p. 14).

2. As noções de *função* em Benveniste: primeiras aproximações

Investigar qualquer noção na teoria de Benveniste apresenta dificuldades porque, como já mencionamos, sua obra é marcada pela presença de flutuação terminológica (FLORES, 2013, pp. 34-42), tanto quando comparamos textos distintos entre si quanto quando observamos o uso de termos em um mesmo trabalho. Além disso, os termos utilizados por Benveniste têm diferentes estatutos: Normand (1996), ao investigar os textos que compõem sua teoria da enunciação, identifica que o linguista se vale de três grupos de termos: os provenientes da tradição gramatical ou psicológica, sem referência estrita - como a noção de *subjetividade*, que não tem uma definição específica; os não teóricos, que são utilizados com o sentido do discurso comum - como *indivíduo*, *falante*, *participante*; e, por fim, os termos teóricos, como *pessoa*, *diálogo*, *realidade de discurso*. Essa característica da obra faz com que o estudo de qualquer noção em Benveniste exija cautela: em primeiro lugar, porque várias menções ao termo *função* podem remeter a diferentes noções; em segundo lugar, porque, tendo em vista a flutuação terminológica, uma determinada noção de *função* pode estar presente sem que o termo compareça.

Além do que diz Normand, vale lembrar também a observação de Ono (2007) que, em estudo sobre *enunciação* na obra do linguista, detecta dois empregos distintos do termo: um emprego descritivo – associado à ideia de “rito” – e um emprego teórico, no qual percebe-se uma elaboração conceitual do autor. Segundo a autora, no caso de *enunciação*, o termo adquire aspecto teórico com base nos empregos descritivos da palavra; quer dizer, os usos descritivos levam a uma progressiva teorização. Nos textos “em que se encontram as utilizações descritivas da palavra enunciação, aparecem, pouco a pouco, empregos teóricos, cujo significado se desenvolve na mesma proporção que outros termos teóricos” (ONO, 2007, p. 30).

Especificamente sobre *função*, embora diversos autores o mencionem, quando tratando dos estudos de Benveniste, as observações a esse respeito são diversas: para Montaut (1992), há um princípio metodológico que atravessa a produção do linguista: a busca de uma correlação perfeita entre *marca formal* e *função*⁹; para Savatovsky (1997, p. 248), a noção de *função*, assim como outras (como *forma*, *sentido* e *sujeito*) levam Benveniste a tentar constituir um ponto de vista linguístico para problemas que não podem ser contidos nos limites do conhecimento empírico dos fatos de língua. Para Normand (1996), em muitos trabalhos do linguista *função* equivale a *significação*¹⁰.

⁹ De certa maneira é isso que Benveniste diz no prefácio de *Problemas 1*, ao falar da Terceira parte do livro: “As noções de **estrutura** e de **função** constituem o objeto dos ensaios seguintes, que se apoiam sucessivamente sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralinguísticas de algumas **funções**; principalmente as relações da forma e do sentido são relacionadas com os níveis da análise” (BENVENISTE, 1988, s.p. grifos nossos).

¹⁰ Tem razão Normand, por exemplo, em ocorrências como: “Isso é o que faz com que a língua seja um sistema em que nada signifique em si e por vocação natural, mas em que tudo signifique em função do conjunto; a estrutura confere às partes **a sua ‘significação’ ou a sua função**” (BENVENISTE, 1988, p. 24, grifo nosso). Ou em casos em que coocorre com “forma”: “Uma **forma** não desaparece a não ser que a sua **função** não seja mais necessária ou que uma outra **forma** a cumpra melhor” (BENVENISTE, 1988, p. 265, grifos nossos).

Na pesquisa que fizemos em torno do termo, detectamos tanto a distinção “termos sem referência explícita (da tradição gramatical, psicológica etc.)”/ “termos não teóricos” / “termos teóricos” (NORMAND, 1996) quanto a distinção “termos descritivos”/ “termos teóricos” (ONO, 2007). Encontramos também usos que parecem compor um meio-termo.

O fato é que somente podemos fazer alguma ilação a respeito dessas nuances quando levamos em conta o “em torno” da palavra no texto de Benveniste. Quer dizer, Benveniste coloca em ato, na elaboração de sua própria teoria, a ideia de que, “para ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (BENVENISTE, 1989, p. 83), é necessário prestar atenção na semantização das palavras, no agenciamento sintagmático.

Em ambos os volumes de *Problemas de linguística geral* (PLG), encontramos, por exemplo, o termo *função*, em usos que estão ligados à tradição gramatical (muitos deles, mas não apenas, no plural), como no título do capítulo 12 do PLG 1, “Para a análise das **funções** casuais: o genitivo latino” (BENVENISTE, 1988, p. 12, grifo nosso), e no título da *Parte 5* de PLG 1 e 2, “Funções sintáticas”¹¹. São usos que consideramos teóricos, em sua maior parte.

Há também usos que, embora não se possa dizer que sejam completamente não teóricos, têm predominantemente valor descritivo, como em: “podem-se construir línguas sobre línguas, o que se chama de metalínguas, línguas que servem para descrever uma língua, que é sua única **função**” (BENVENISTE, 1989, p. 35, grifo nosso). Também na pergunta referente a uma composição nominal: “Qual poderia ser então sua **função**?” (BENVENISTE, 1987, p. 16, grifo nosso). Por fim, mais um exemplo entre tantos possíveis são expressões como “**função** sintática”, “**função** semântica” “**função** de possuidor”, **função** de possuído” (Benveniste, 1989, p. 161, grifos nossos) etc. que, como dissemos, encerram um valor descritivo na medida em que expõem uma característica a partir da sua própria utilização, mesmo que não possam ser considerados não teóricos.

De todos os inúmeros usos que o termo tem nos *Problemas de linguística geral*, um nos chama mais atenção, devido à potencialidade que apresenta, do ponto de vista teórico. Trata-se de *função* em contextos que, de uma maneira ou de outra, colocam em implicação *língua*, *línguas* e *linguagem*. E temos uma boa razão para fazer esse destaque, pois é o próprio Benveniste (1988, p. 20) que considera essa relação importante:

a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. [...]. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem.

¹¹ Aliás, se tomarmos o termo *função* e o investigarmos apenas nos títulos de textos de Benveniste, teríamos uma surpresa com a multiplicidade de sentidos que o termo adquire. Consideremos a lista a seguir, excetuado o título já referido da “Terceira parte” dos PLGs: “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”; “Para a análise das funções casuais: o genitivo latino”; “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções linguísticas”.

Isso já está anunciado no prefácio do primeiro volume dos PLGs:

a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem (BENVENISTE, 1988, s.p.).

Dito de outro modo, o estudo da linguagem implica o estudo das línguas e vice-versa.

Com relação ao tema que nos ocupa neste artigo, é bastante instigante ver como Benveniste utiliza *função* com um “em torno” em que *língua, línguas, linguagem* (e termos relacionados como *discurso, exercício da linguagem, fala, exercício do discurso* etc.) estão ou textualmente presentes ou implicados no conjunto da reflexão que está fazendo. Examinaremos, a seguir, algumas ocorrências que, apesar de longas, são fundamentais para que possamos ilustrar o que estamos defendendo. Observe-se.

(1) Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a **linguagem** tem como **função** “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “alguma coisa” em vista da qual a **linguagem** está articulada, e como é possível delimitá-la em relação à própria **linguagem**? O problema da significação está posto (BENVENISTE, 1966, p. 7, tradução nossa, grifos nossos).

Começamos constatando que, em (1), as três ocorrências de “linguagem” parecem não se recobrirem conceitualmente¹²: a “linguagem” que tem por função “dizer alguma coisa” tem sentido próximo a “discurso”, “fala”, “língua em uso”; a “linguagem” que está “articulada” tem sentido próximo de “língua”, “sistema linguístico”; a “própria linguagem” parece ter sentido de “faculdade humana, característica universal e imutável do homem” (BENVENISTE, 1988, p. 20). Somente isso já bastaria para nos fazer refletir; mas há mais: a noção de *função* aí mobilizada implica essas três instâncias de “linguagem”. Necessariamente, somos levados a indagar: que *função* é essa evocada por Benveniste que cerca “alguma coisa” capaz de implicar essas três instâncias? A resposta do autor parece ser outro termo não menos complexo: a *significação*. Haveria, portanto, um plano geral da *significação* que estaria na base de sua teoria porque na base das próprias língua e linguagem. É isso que lemos em “A forma e o sentido na linguagem”: “que a língua significa, isso quer dizer que a significação não é alguma coisa que é-lhe dada por acréscimo, ou em maior medida do que outra atividade; esse é o seu próprio ser; se ela não fosse isso, ela não seria nada” (BENVENISTE, 1974, p. 219, tradução nossa). É também isso que lemos em uma carta de Benveniste, datada de 20 de abril de 1953, endereçada à Fundação Rockefeller para solicitar apoio a um projeto, em que Benveniste associa a ideia de significar a simbolizar:

(2) Todas as pesquisas que fiz nesses últimos anos e o projeto que formulei têm em vista o mesmo propósito. [...] Em termos sumários, **minha preocupação é saber como a língua ‘significa’ e como ela ‘simboliza’**. As tendências atuais de uma certa escola de linguistas

¹² Sobre o uso da terminologia linguística por Benveniste, ver Flores (2013).

pretendem analisar a língua sobre a base da distribuição e das combinações formais. Parece-me que é tempo de abordar com métodos novos o conteúdo dessas formas e de ver segundo quais princípios ele é organizado (BENVENISTE, 1953 apud BRUNET; MAHRER, 2011, p. 35, tradução nossa, grifos nossos).

Inicialmente, então, podemos dizer que há uma noção de *função* em Benveniste – que é a que perseguimos aqui – que se coloca em um plano bastante geral porque diretamente ligada à propriedade da linguagem de significar. Dito de outro modo, a *função* da linguagem é significar, o que se configura uma propriedade da linguagem.

Além disso, “é preciso acrescentar que a linguagem se realiza necessariamente numa língua, e então surge uma diferença, que define para o homem o simbolismo linguístico” (BENVENISTE, 1988, p. 92). Logo, as propriedades de simbolizar, de significar, da linguagem se realizam nas línguas. Nesse sentido, como diria Benveniste, não se trata mais de ceder facilmente “à tentação de erigir como propriedades universais da linguagem as particularidades de uma língua ou de um tipo linguístico” (BENVENISTE, 1988, p. 6). Dessa maneira, entende-se melhor agora a afirmação de Benveniste que referimos anteriormente, feita no prefácio ao PLG 1, que apresenta a terceira parte do livro dizendo que “as noções de estrutura e de **função** constituem o objeto dos ensaios seguintes, que se apoiam sucessivamente sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralinguísticas de algumas **funções**” (BENVENISTE, 1988, s.p. grifos nossos). Quer dizer, nas variadas estruturas das línguas, intralinguisticamente, vemos se manifestar *funções*.

Vejam agora a seguinte passagem:

(3) Antes de qualquer coisa, a **linguagem** significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as **funções** que ela assegura no meio humano. Quais são estas **funções**? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de **fala**, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao **exercício do discurso**: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a **linguagem** serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de **linguagem** não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque **o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar**. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação (BENVENISTE, 1989, p. 222, grifos nossos).

Em (3), além de vermos confirmada a ideia presente em (1) – que definimos em termos de propriedade da linguagem que se realiza nas línguas –, vemos que a *função* de significar assegura *funções* que permitem o *viver* em sociedade, *ligadas ao exercício do discurso*.

Por fim, apesar de também extensa, vejamos a formulação a seguir:

(4) Todas as **línguas** têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas **funções** não aparecem claramente senão quando se as estuda no **exercício da linguagem** e na **produção do discurso**. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos

sujeitos que se colocam e se situam **na e pela linguagem**. Tentaremos aqui esclarecer duas categorias fundamentais do **discurso**, aliás necessariamente ligadas, **a de pessoa e a de tempo** (BENVENISTE, 1989, p. 68, grifos nossos).

Dois pontos chamam nossa atenção em (4). O primeiro é a ideia de que há categorias comuns a todas as línguas; essas categorias correspondem a um *modelo constante*, expressão essa que pode ser entendida em seu sentido mais literal de algo que é imutável, inalterável, invariável. O que varia são as *descrições* das formas que essas categorias podem assumir. As *funções* que essas categorias desempenham aparecem no discurso, no uso linguístico. O segundo ponto diz respeito às categorias que Benveniste aborda aí: a de tempo e a de pessoa. Isso nos leva a pensar que a propriedade da linguagem de significar apresenta-se em categorias invariáveis que variam a forma que têm nas línguas, o que é visível através das descrições que delas se fazem. Tempo e espaço seriam, então, exemplos de categorias a serviço da grande função de significar, própria à linguagem.

Se estamos certos em nossa compreensão até aqui, três indagações se impõem. A primeira: poderíamos dizer que a linguística de Benveniste comportaria um âmbito universal, do domínio da linguagem, que se apresentaria de maneira diversificada nas diferentes línguas? A segunda (e supondo uma resposta positiva para a questão anterior): esse âmbito universal, a linguagem, poderia ser descrita em termos de propriedades entendidas em termos de categorias – no sentido de que há elementos que lhes sejam inerentes? A terceira (ainda supondo uma resposta afirmativa à questão imediatamente anterior): essas categorias poderiam ser vistas como constitutivas da grande *função* de significar que garantiria a realização das *funções* no exercício do discurso nas diferentes línguas?

Essas perguntas, formuladas à moda de hipóteses epistemológicas, receberão melhor clareza se forem ilustradas com alguns fenômenos linguísticos. No item seguinte, procedemos a isso a partir da retomada – sob o prisma aqui delineado – do estudo de Benveniste acerca da distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, elaborada no artigo “As relações de tempo no verbo francês”, de 1959.

3. A noção de *intenção histórica*, uma função de linguagem

“As relações de tempo no verbo francês” foi publicado em 1959 no *Bulletin de la Société de linguistique de Paris LVI*. Nesse texto, Benveniste critica os critérios normalmente utilizados para classificar os verbos em francês, tais como as noções gramaticais de tempo e aspecto, demonstrando que esses critérios não são suficientes para explicar a distribuição das formas verbais considerando seu uso. Benveniste tem como objetivo, em seu artigo, “procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais” (BENVENISTE, 1988, p. 261). O linguista aponta que há uma aparente “falha” no sistema que permite entrever essas relações: trata-se da coexistência, em francês, do passado simples e do passado composto, ou seja, da existência concomitante de dois tempos narrativos. Tradicionalmente, a interpretação era de que se tratava de uma relação de concorrência entre as duas formas, e que o passado composto viria a

suplantar o passado simples¹³. No entanto, as relações que Benveniste identifica como atravessando a organização do sistema verbal francês fornecem uma explicação alternativa: na verdade não há concorrência entre as duas formas e, sim, usos distintos para cada uma das formas de expressão do passado. Essa questão específica do francês o leva a identificar uma distinção que atravessa a distribuição dos tempos verbais em francês: *enunciação histórica/enunciação de discurso*. Além disso, Benveniste também faz uma reflexão sobre as relações entre tempos simples e composto identificando duas diferentes funções¹⁴ que essas formas podem ter, como formas de ação acabada ou como formas de anterioridade¹⁵. Trataremos, aqui, apenas dos planos da *enunciação histórica* e da *enunciação de discurso*, pois é nessa formulação que se deixa entrever a noção de *intenção histórica*¹⁶.

Antes de tratarmos especificamente dessa noção de *função* que comparece nesse texto, convém retomar a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Vejamos como o linguista define os dois planos. A *enunciação histórica* é definida por Benveniste da seguinte forma:

A enunciação *histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados. **A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua:** imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas marcas formais devemos agora assinalar. (BENVENISTE, 1988, p. 262, grifos nossos)

A *enunciação de discurso*, por sua vez, faz referência a “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” (BENVENISTE, 1988, p. 267). Benveniste identifica que os tempos que caracterizam a *enunciação histórica*, em francês, são o aoristo, o imperfeito (incluindo o condicional), o mais-que-perfeito e o prospectivo; o presente, o perfeito e o futuro, por sua vez, são excluídos desse modo de enunciação, salvo o presente de definição. A *enunciação de discurso*, por sua vez, permite todos os tempos, com exceção do aoristo.

Observando essas definições, é possível perceber que existem duas questões em jogo: de um lado, há uma descrição do sistema verbal do francês contemporâneo, uma vez que Benveniste identifica os tempos verbais que caracterizam cada plano da enunciação; no entanto, há também uma

¹³ Essa era a interpretação de Antoine Meillet, exposta em um artigo de 1909 citado por Benveniste intitulado “Sur la disparition des formes simples du prétérit” (MEILLET, 1982).

¹⁴ Entendemos que *função*, aqui, parece estar relacionado à noção saussuriana de valor linguístico.

¹⁵ Para uma apresentação mais detalhada do texto, cf. Freisleben (2023)

¹⁶ O leitor verá que a ideia de *intenção* mobilizada por Benveniste não está ligada a um sentido relativo a “aquilo que se procura alcançar, conscientemente ou não; propósito, desejo, intento” (HOUAISS, 2004), mas se aproxima do que, em outro textos, ele chamará de *intencionado*, o “que o locutor quer dizer, [a] atualização linguística de seu pensamento” (BENVENISTE, 1989, p. 229).

questão geral, que diz respeito às línguas: cremos que a distinção *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* não é específica do francês, como sugerem muitos críticos desse texto, mas uma distinção geral. Há duas razões essenciais que nos levam a essa interpretação: a primeira e a mais importante, o texto do artigo sugere isso. Os planos da enunciação são definidos a partir de critérios muito gerais, considerando questões como a relação de pessoa, o que diz respeito à linguagem como um todo. Concordamos com Arrivé (1997), que defende que *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* são categorias gerais, e o artigo em questão apenas as utiliza para descrever uma língua particular. Além de isso estar claro no texto, é importante ressaltar, como já mencionamos, que toda a obra de Benveniste é atravessada pela ideia de que o estudo das línguas e da linguagem é indissociável. Em “Da subjetividade na linguagem”, o linguista afirma que “Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 287). Em “A natureza dos pronomes”, destaca que:

(...) o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui (...) (BENVENISTE, 1988, p. 277).

Assim, tanto o texto em si como o fato de que toda a obra de Benveniste é marcada pelo estudo concomitante das línguas e da linguagem nos levam a crer que é bastante lícito concluir que a proposta da distinção não é válida apenas para o francês contemporâneo, mas sim uma distinção que pode ser aplicada para pensar as demais línguas e para pensar categorias de linguagem - e isso se relaciona intimamente à noção de *intenção histórica* que lemos nesse texto.

Passamos agora a tratar especificamente da noção de *intenção histórica* que propomos a partir de nossa leitura. Partindo do pressuposto que a distinção *enunciação histórica/enunciação de discurso* é geral, na definição que Benveniste dá ao plano da *enunciação histórica* há uma passagem do texto que já citamos que chama bastante atenção: “A **intenção histórica** constitui realmente uma das **grandes funções da língua**: imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas marcas formais devemos agora assinalar.” (BENVENISTE, 1988, p. 262, grifos nossos). Há outra passagem em que o linguista menciona novamente a *intenção histórica*: “Para o historiador, o presente, o perfeito e o futuro são excluídos porque a dimensão do presente é incompatível com a **intenção histórica** [...]” (BENVENISTE, 1988, p. 271, grifos nossos).

A *intenção histórica* é caracterizada por Benveniste como “uma das grandes **funções** da língua”. Entendemos que o sentido de *função*, aqui, é muito particular, bastante distinto dos sentidos comuns em linguística elencados no item 1 - e que, cremos, também comparece em outros momentos da obra de Benveniste. Tentaremos demonstrar, a seguir, os contornos dessa ideia de que a *intenção histórica* é uma grande função da língua:

Observemos, inicialmente, uma série de passagens nas quais Benveniste define o que caracteriza o plano da *enunciação histórica*:

- a) “impõe uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto” (BENVENISTE, 1988, p. 262);
- b) “[...] exclui toda forma linguística ‘autobiográfica’. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu* : *tu*” (BENVENISTE, 1988, p. 262);
- c) admite três tempos: o aoristo (*passé simple*), imperfeito (*imparfait*) - incluindo-se a forma condicional, mais-que-perfeito (*plus-que-parfait*) e prospectivo, todos em forma de terceira pessoa;
- d) o aoristo “é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador” (BENVENISTE, 1988, p. 267); sua marca temporal “é o momento do acontecimento” (BENVENISTE, 1988, p. 270);
- e) exclui três tempos: presente (com exceção do “presente de definição”, um recurso estilístico), perfeito (*passé composé*) e futuro (simples e composto);
- f) “a dimensão do presente é incompatível com a intenção histórica” (BENVENISTE, 1988, p. 271);
- g) “Na verdade, [na enunciação histórica], não há mais, então, nem mesmo narrador. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos”. (BENVENISTE, 1988, p. 267);
- h) “Nesta [na enunciação histórica], não intervindo o narrador, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra; é na verdade uma ausência de pessoa” (BENVENISTE, 1988, p. 268).

Todas essas definições nos levam a crer que é possível ler a *intenção histórica* como uma previsão, nas línguas, do apagamento de marcas de autorreferência. Ou seja, a distinção *enunciação histórica/enunciação de discurso* está relacionada à questão da referência e da autorreferência. Assim, a coexistência de dois tempos verbais para a expressão do passado seria apenas uma questão específica do francês e um aspecto descritivo do artigo de Benveniste; no entanto, entendemos que *enunciação histórica* se relaciona a essa possibilidade de enunciar uma narrativa, excluindo marcas autorreferenciais, e que tal categoria permitiria descrever outros sistemas linguísticos¹⁷.

Caracterizada a *intenção histórica* nesses termos, resta entender qual a sua natureza. Acima, citamos a afirmação de Benveniste, segundo a qual “a *intenção histórica* é uma das grandes funções da língua”. Essa formulação tem um componente geral evidente, que poderia ser estendido ao âmbito

¹⁷ cf. Ciulla (2020) para uma análise de textos em língua portuguesa a partir das categorias propostas por Benveniste.

da linguagem. Quer dizer, se a *intenção histórica* é uma das grandes funções da língua, e é tarefa do linguista assinalar as marcas formais que essa função imprime nas línguas, poderíamos considerar que o uso de “língua” nessa afirmação de Benveniste é bastante próximo à *linguagem*. Em outras palavras: a *intenção histórica* teria caráter geral, próprio às categorias da linguagem. A *intenção histórica* é, então, uma *função histórica*.

Em nossa leitura, a *intenção histórica*, entendida como uma *função histórica*, é uma das categorias gerais, previstas na linguagem e realizadas nas línguas, que organizam a experiência do falante de uma maneira particular. Como mencionamos na introdução, acreditamos que essa noção de *função* dá respaldo à ideia de que a teoria de Benveniste pode ser lida como uma antropologia da linguagem, uma vez que se trata de uma posição que todo falante ocupa na língua.

Considerações finais

Apresentamos, neste texto, a hipótese de que há uma noção muito particular de *função* na obra de Benveniste, distinta dos outros sentidos usuais do termo em linguística, que fundamenta a ideia de que a linguística de Benveniste seja uma reflexão antropológica. Fizemos um levantamento de alguns usos polissêmicos do termo *função* na obra do linguista e apresentamos a noção de *intenção histórica*, decorrente de nossa leitura do artigo “As relações de tempo no verbo francês”. Defendemos que essa leitura é possível a partir do texto analisado e considerando o conjunto da obra de Benveniste. A *intenção histórica*, segundo entendemos, é uma função de linguagem que diz respeito à previsão de uma espécie de compartimento para a narrativa, nas línguas, que permite apagar marcas de autorreferência.

Creemos que tal noção de *função* também comparece em outros momentos da produção do linguista. A partir do que propomos aqui, a linguística de Benveniste poderia ser lida como uma linguística das *funções*, entendidas como universais antropológicos, situados no plano da linguagem, no interior das quais o homem ocupa um lugar sempre que enuncia em uma dada língua. Fazer um levantamento de quais outras *funções* - nesse sentido muito particular - comparecem na obra de Benveniste ou podem ser lidas a partir de sua produção é um trabalho a ser feito.

Referências

ARRIVÉ, Michel. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. *Linx*, Paris, n. 9, pp. 159-68, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1028>.

BATTISTI, Elisa; OTHERO, Gabriel; FLORES, Valdir do Nascimento. *Conceitos básicos de linguística: noções gerais*. São Paulo: Contexto, 2022.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.

BRUNET, Émilie; MAHRER, Rudolf. “Les réception de Benveniste: un pluriel singulier ». In: BRUNET, Émilie; MAHRER, Rudolf. (orgs.) *Relire benveniste: réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. L’Harmattan/ Academia s.a. Louvain, Belgica, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CIULLA, Alena. O tempo dos verbos como categoria de análise textual. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 56, pp. 195-216, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/48086>

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução. In: BENVENISTE, Émile. Últimas aulas no *Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 67-86

DESSONS, Gérard. Émile Benveniste, *l’invention du discours*. Paris: Éditions In Press, 2006.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2014. 2. ed.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico de ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento. A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas - TO - v. 9, n. 4, 2022.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.

FREISLEBEN, Larissa Colombo. Émile Benveniste e a função histórica: uma proposta de leitura. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 33, pp. 23-42, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/258>

JAKOBSON, Roman. Linguística e Poética. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

HJELMSLEV, Louis. Funções. In: *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2013, pp. 39-45.

LAPLANTINE, Chloé. Émile Benveniste, *l’inconscient et le poème*. Limoges : Lambert-Lucas, 2011.

LAPLANTINE, Chloé; PINAULT, Georges-Jean. Introduction. In: BENVENISTE, Émile. *Langues, cultures, religions*. Organização de Chloé Laplantine e Georges-Jean Pinault. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. XI-XLIV.

MARTINET, André. Qu’est-ce que la linguistique fonctionnelle? *Alfa*, São Paulo, 38, pp. 11-8, 1994.

MEILLET, Antoine. Sur la disparition des formes simples du prétérit. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris : Champion, 1982

MONTAUT, Annie. La méthode de Benveniste dans ses travaux comparatistes : son discours et son sujet. *In: Linx*, n. 26, 1992. *Lectures d'Émile Benveniste*, pp. 109-35. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1992_num_26_1_1239

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2022.

NORMAND, Claudine. “Os termos da enunciação em Benveniste”. *In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.) O Falar da Linguagem (Série linguagem)*. SP: Lovise, 1996.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

SAVATOVSKY, Dan. Benveniste au risque de la philosophie. *In: Linx*, n. 9, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/linx/1062>

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Illari. São Paulo: Contexto, 2004.